



WWF

RELATÓRIO

BR

2016

PLANEJAMENTO PARA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO DO AMAPÁ

INTEGRANDO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

PRIMEIRAS REFLEXÕES

APRESENTAÇÃO

As crescentes pressões sobre os recursos naturais, decorrentes de modelos de desenvolvimento insustentáveis, demandam uma mudança de paradigma. A harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação da biodiversidade exige uma abordagem holística que prioritariamente considere a complexidade dos sistemas naturais e produtivos, compartilhando uma visão comum de longo prazo.

Esse documento apresenta o conceito de planejamento para paisagens sustentáveis e traz as primeiras reflexões sobre sua aplicação no contexto das paisagens do estado do Amapá. A publicação propõe a construção compartilhada de um processo participativo unindo diferentes setores e atores do estado a partir de uma visão comum de desenvolvimento social e econômico no território.

Coordenação técnica

Marcelo Oliveira – WWF-Brasil

Maria Francisca R. Siles: EWP consultoria ambiental

Colaboração Técnica

William Goulart da Silva – EWP consultoria ambiental

Marília Roggero - EWP consultoria ambiental

Redação e edição

Marcelo Oliveira, Maria Francisca R.Siles, William Goulart da Silva

Revisão de texto

Frederico S. Brandão

Design e Diagramação

Ribamar Fonseca (Supernova Design)

ilustrações

Caio Oishi

CAPA

PAISAGEM RESULTANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL

PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

APLICAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

PRODUÇÃO

CONSERVAÇÃO

BEM-ESTAR SOCIAL

INSTITUCIONAL

MAPEAMENTO DE CONFLITOS

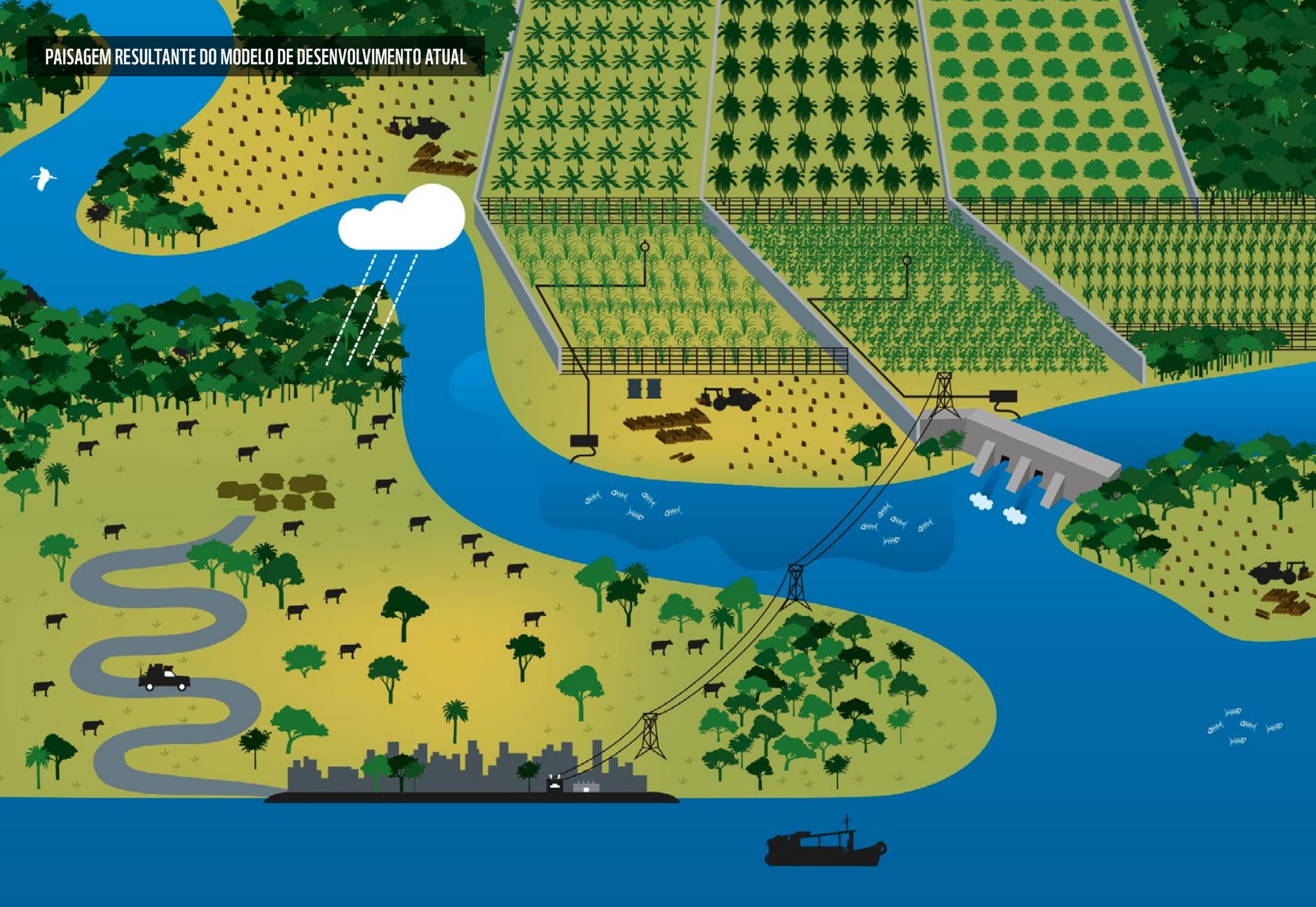
RAIO-X DOS CONFLITOS

OPORTUNIDADES

RAIO-X DAS OPORTUNIDADES

RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO

PAISAGEM RESULTANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL



CAPA

PAISAGEM RESULTANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL

PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

APLICAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

PRODUÇÃO

CONSERVAÇÃO

BEM-ESTAR SOCIAL

INSTITUCIONAL

MAPEAMENTO DE CONFLITOS

RAIO-X DOS CONFLITOS

OPORTUNIDADES

RAIO-X DAS OPORTUNIDADES

RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO

PAISAGENS SUSTENTÁVEIS



CAPA

PAISAGEM RESULTANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL

PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

APLICAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

PRODUÇÃO

CONSERVAÇÃO

BEM-ESTAR SOCIAL

INSTITUCIONAL

MAPEAMENTO DE CONFLITOS

RAIO-X DOS CONFLITOS

OPORTUNIDADES

RAIO-X DAS OPORTUNIDADES

RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO

PLANEJAMENTO PARA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO DO AMAPÁ

INTEGRANDO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

PRIMEIRAS REFLEXÕES

2016

CAPA
PAISAGEM RESULTANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL
PAISAGENS SUSTENTÁVEIS
APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO
APLICAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ
PRODUÇÃO
CONSERVAÇÃO

BEM-ESTAR SOCIAL
INSTITUCIONAL
MAPEAMENTO DE CONFLITOS
RAIO-X DOS CONFLITOS

OPORTUNIDADES
RAIO-X DAS OPORTUNIDADES
RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO

INTRODUÇÃO

Esse documento apresenta o conceito de Planejamento para paisagens sustentáveis para uma agenda comum de desenvolvimento socioeconômico, conciliando conservação e valorização dos recursos naturais do estado do Amapá. Apesar de não ser uma novidade, essa metodologia vem sendo gradativamente melhorada, incorporando mais ativamente elementos de bem-estar social, governança e transparência. Seu grande destaque está na possibilidade de agregar setores e atores, buscando conciliar os diferentes e, muitas vezes até opostos, objetivos em variadas escalas espaciais e temporais.

Para que essas paisagens possam garantir os serviços ambientais gratuitamente fornecidos pelos sistemas naturais, como água, sequestro de carbono, proteção de encostas, produtividade de alimentos, entre outros, é necessário que se construa uma visão compartilhada de longo prazo entre os atores do território. E a ciência tem um papel crítico nessa missão, direcionando decisões mais adequadas e responsáveis. São necessários, então, esforços sistemáticos que se iniciam com a construção de uma base de dados ecológicos, sociais e econômicos e que esta seja permanentemente consultada.

Este documento apresenta, de forma bastante resumida, os resultados da primeira etapa dessa sistematização liderada pelo WWF-Brasil em parceria com EWP consultoria. Com a participação efetiva de diversas instituições e atores que historicamente atuam no estado do Amapá, o documento aponta cenários, desafios e oportunidades para a construção de um plano de comum de desenvolvimento socioeconômico responsável no território do estado do Amapá.

A DEFINIÇÃO DE PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

SATISFAZEM AS NECESSIDADES DO PRESENTE, SEM COMPROMETER A CAPACIDADE DAS GERAÇÕES FUTURAS DE SUPRIR SUAS PRÓPRIAS NECESSIDADES. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VISA ASSEGURAR SINERGIAS E MINIMIZAR OS CONFLITOS ENTRE OS OBJETIVOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS. UMA PAISAGEM SUSTENTÁVEL ATENDE, SIMULTANEAMENTE, UMA GAMA COMPLETA DE NECESSIDADES LOCAIS, AO MESMO TEMPO, CONTRIBUINDO PARA OS COMPROMISSOS NACIONAIS E METAS GLOBAIS PARA A SUSTENTABILIDADE.

AS VANTAGENS DO PLANEJAMENTO PARA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

- *Define uma visão compartilhada de longo prazo e amplamente participativa.*
- *Permite e facilita acomodar as agendas de desenvolvimento e conservação da natureza nas diferentes escalas*
- *É resultado de um processo prioritariamente participativo e transparente*
- *Trata-se de uma plataforma dinâmica*
- *Integra esforços de vários setores e otimiza o alcance de resultados comuns*

APLICAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

O estado do Amapá integra a ecorregião conhecida como Escudo das Guianas. Trata-se de uma região com alto endemismo de plantas, animais e paisagens. E o território do estado do Amapá congrega uma combinação de alta diversidade de espécies, altas taxas de endemismo e alta porcentagem de habitats preservados.

A relevância de garantir a integridade ecológica nessa região é indiscutível. A atuação de inúmeras organizações desenvolvendo ações de conservação da biodiversidade, melhoria da qualidade de vida das populações locais, invariavelmente, se choca com a necessidade de desenvolvimento econômico em aproximadamente 28% do estado.

Complementando os esforços de planejamento já existentes para o estado, foi iniciado em março de 2016 o desenvolvimento de uma abordagem de planejamento sustentável da paisagem para o estado. Desde o início a transparência e a participação foram pontos centrais no processo, contando com o envolvimento direto de inúmeras instituições com atuação local.

A metodologia adotada para a primeira fase do processo se dividiu em quatro etapas:



Nessa abordagem, a sustentabilidade das paisagens é definida e avaliada considerando quatro grandes elementos: produção, conservação, bem-estar social e instituições. Esses elementos são então avaliados de acordo com critérios específicos, buscando a integração entre os objetivos de cada tema de interesse, setores e atores.

PRODUÇÃO

A questão central nesse elemento é verificar se a paisagem oferece condições para a produção sustentável na agricultura, pecuária, pesca e extrativismo. Buscou-se, então, avaliar quais são as maiores vocações de atividades produtivas e econômicas no estado e suas tendências no futuro. De que maneiras essas atividades teriam maior potencial de se desenvolverem de maneira sustentável, quais são os gargalos para as atividades produtivas na região, quais são os exemplos de produção sustentável e que poderiam ser incentivados e multiplicados, e questões ligadas à infraestrutura foram consideradas.

A demanda interna do Amapá continua sendo atendida principalmente por importações, sobretudo do Pará, do centro-oeste e do sul do Brasil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 85,8%. Na economia do estado predominam as atividades do setor terciário, com forte concentração nas áreas urbanas, principalmente na capital Macapá. Seguida das atividades extrativistas tanto minerais como vegetais. O agronegócio ainda apresenta números tímidos.

A mineração industrial no estado tem sofrido vários ciclos de abandono e retomada das atividades, com entradas e saídas de empresas nacionais e estrangeiras. Ao passo que impulsiona o crescimento econômico de alguns municípios e do estado, também deixa um passivo ambiental e sérios problemas sociais. Atualmente, são cerca de 1100 processos abertos no Departamento Nacional de Prospecção Mineral-DNPM, em diferentes estágios, sendo mais da metade das solicitações referentes à exploração de ouro, areia e ferro.

Já as atividades de extrativismo vegetal (madeireiro e não madeireiro) representam apenas 3% do PIB estadual, apesar do imenso potencial da região e de serem atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas comunidades (ex. extração palmito, madeira, castanha, etc). A cadeia produtiva da madeira é ainda pouco estruturada, a exemplo da receita bruta gerada pela indústria madeireira em 2014 que atingiu cerca de R\$ 21 milhões e gerou cerca 900 empregos diretos e indiretos. Esses resultados, se comparados ao potencial estimado de geração de 47 mil postos de trabalho e faturamento bruto de R\$ 13 bilhões num ciclo de 30 anos, demonstram que esse setor tem condições de promover crescimento econômico e social de forma sustentável no estado.

Outras atividades produtivas importantes são as pesqueiras, que estão divididas principalmente em cinco setores: **na planície marítima**, localizada no litoral norte (abrange desde o município do Oiapoque até a foz do Rio Araguari); **na região dos lagos entre os rios Flexal e Araguari**; **no baixo estuário**, que abrange o Rio Araguari, até o Rio Curiaú; **na área urbana e portuária**, incluindo Macapá e Santana e **na região do alto estuário**, desde a foz do Rio Matapi, até o limite com o Estado do Pará. Apesar da sua importância, não é agregado valor aos produtos procedentes da pesca para o Estado, sendo que boa parte vai para o Pará. Existe também piscicultura no estado do Amapá, são 269 empresas pesqueiras, com 56% destas nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão. A maioria utiliza o sistema de cultivo semi-intensivo ou intensivo, de pequeno porte.

Existem também no Estado, as atividades procedentes da silvicultura, com produção de cavacos de eucalipto e pinus para fabricação de celulose, chapas e biomassa. A produção agrícola é limitada, com um grau de importância do agronegócio baixo, sendo que a principal cadeia produtiva é a da mandioca. Além disso tem arroz, feijão, milho e frutas.

CONSERVAÇÃO

A questão central refere-se à capacidade das paisagens de conservar, manter e restaurar a biodiversidade nativa e os serviços ecossistêmicos. Buscou-se responder perguntas sobre as estratégias e os projetos de conservação sendo desenvolvidas ou planejadas para o estado e sua efetividade, além dos principais gargalos, desafios e conflitos para a conservação, os caminhos possíveis para avançar na construção de paisagens sustentáveis, dentre outras questões específicas.

O estado do Amapá caracteriza-se por apresentar cerca de 72% do seu território incluído em alguma categoria de área protegida. Entretanto, lacunas na proteção do bioma Cerrado e ambientes costeiros devem ainda ser endereçadas. As florestas de várzea do estado, por conta da intensa ocupação, vulnerabilidade e falta de proteção e manejo adequados, são ecossistemas altamente ameaçados e demandam especial atenção.

Estudo recente do Imazon mostra que apenas 4% das unidades de conservação (UCs) do território amazônico possuem alto grau de implementação, ou seja, atingem plenamente seus objetivos. Essa é a realidade de grande parte das UCs do Amapá, segundo dados do RAPPAM (Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação). A falta ou insuficiência de implementação torna as UCs vulneráveis à exploração ilegal (caça, pesca e corte de madeira). Aparentemente, a conservação dessas UCs é beneficiada mais pelo isolamento geográfico do que por uma efetiva política pública de gestão. O aumento da área desmatada dentro das UCs e das terras indígenas (TIs) no Amapá, a partir de dados da Secretaria de Meio Ambiente

(SEMA) do período 2010 a 2014, é reflexo disso, apontando para a existência de problemas de fiscalização.

Outros dados relevantes referem-se ao desmatamento e degradação de áreas, sendo que o Amapá é o estado da Amazônia legal com as menores taxas detectadas. No entanto, alguns fatores devem ser considerados, como o comum excesso de cobertura de nuvens e o padrão de desmatamento do Estado, constituído principalmente de áreas isoladas e pequenas (desmatamento difuso), que dificultam o monitoramento por imagens de satélite, principalmente nas áreas de florestas. No entanto, percebe-se que o desmatamento no estado ocorre principalmente nas áreas de borda da floresta, feito de forma enfileirada, para extração da madeira que abastece as serralherias próximas a capital. O desmatamento ilegal registrado entre 2002 e 2009 superou o legal em todos os municípios, o que está fortemente relacionado com a questão fundiária (posse da terra). Além disso, evidências apontam para a degradação originada por outros usos, como nas áreas ocupadas pelos búfalos, principalmente na bacia do rio Araguari.

Dados de contaminação de qualidade do ar e de emissões, a partir de queimadas e fontes urbanas e industriais, também foram compilados, verificando-se que para 2016 as emissões de CO₂ acumuladas por queimadas no Amapá são as menores de toda a Amazônia Legal e as menores de todos os estados para as fontes urbanas e industriais.

O ESTADO DO AMAPÁ CARACTERIZA-SE POR APRESENTAR CERCA DE
72% DO SEU TERRITÓRIO
 INCLUÍDO EM ALGUMA CATEGORIA DE ÁREA PROTEGIDA

BEM-ESTAR SOCIAL

Neste caso a questão central está ligada à capacidade da paisagem em sustentar ou melhorar a subsistência e o bem-estar de todos os grupos sociais que habitam o território. Dados relacionados ao acesso das comunidades as necessidades básicas e aos recursos naturais, as diferenças de gênero e idade; fatores positivos e negativos; resiliência das populações a choques externos (preço de commodities, epidemias, etc.), mudanças climáticas, como seca, inundações, elevação do nível do mar; dentre outras – são elementos que integram esse elemento.

O Amapá apresenta baixas taxas de acesso aos serviços básicos (água, coleta de esgoto e lixo, e eletricidade), verificando-se em um contexto geral a precariedade dos serviços básicos. Grande parte da população rural não tem acesso à energia elétrica. Levantamentos socioeconômicos realizados na Floresta Estadual do Amapá, pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, demonstram que 40% das comunidades não têm acesso a energia elétrica e 24,5% a nenhum tipo de energia.

Em 2015, por exemplo, 14 dos 16 municípios do estado do Amapá ficaram ameaçados de perder recursos federais devido à não apresentação dos planos municipais de saneamento básico. Existem iniciativas voltadas para a melhoria dos serviços básicos para a região, entretanto, os resultados ainda são pequenos diante da realidade precária.

Uma característica marcante do estado do Amapá é a taxa de crescimento populacional de 2,4%, bem acima da média nacional que atualmente apresenta uma taxa de 0,8%. Em 2020, estimam-se taxas de 1,8% e 0,67% respectivamente. Além disso, de acordo com os dados das séries temporais do

IBGE, entre 1970 e 2010, a taxa de crescimento populacional urbano foi de 594%, enquanto que as áreas rurais apresentaram taxas negativas de 45% para o mesmo período.

Em 2010, a taxa de urbanização no Amapá ficou em torno de 90%, a maior da Amazônia legal. Esse fenômeno da aceleração do processo de urbanização nas últimas décadas em todos os estados da Amazônia brasileira indicou: dificuldades dos pequenos produtores no acesso à terra; empregos mais atraentes para os migrantes na área urbana; e relatividade com a construção de empreendimentos de infraestrutura como hidrelétricas e rodovias, e não relacionados à agricultura familiar, à pecuária ou a extração de produtos florestais.

Em relação aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M), houve um aumento deste indicador em todos os municípios do Amapá desde a década de 1990. Por exemplo, o menor valor em 1991 era 0,161 na cidade de Cutias. Este teve um aumento do IDH-M numa taxa de crescimento de 175%, passando a ter 0,444. Em 2010 também continuou o aumento do IDH-M dos municípios do Amapá, não havendo mais nenhum que se encontra na classe com IDH-M muito baixo. Entretanto, nenhum município da região norte atingiu a categoria muito alto.

De acordo com o Atlas do IDH-M (PNUD, 2013), a longevidade é a dimensão que tem aumentado consideravelmente no país. Para essa dimensão, os municípios da área de estudo encontram-se nas categorias alto e muito alto. Essa melhora pode ser pensada em termos de acesso a serviços públicos de saúde, como também uma relativa melhora no acesso à infraestrutura básica. Já a educação e a renda também apresentaram crescimentos, sendo a renda o que menos alavancou o valor sintético do IDH-M.

INSTITUCIONAL

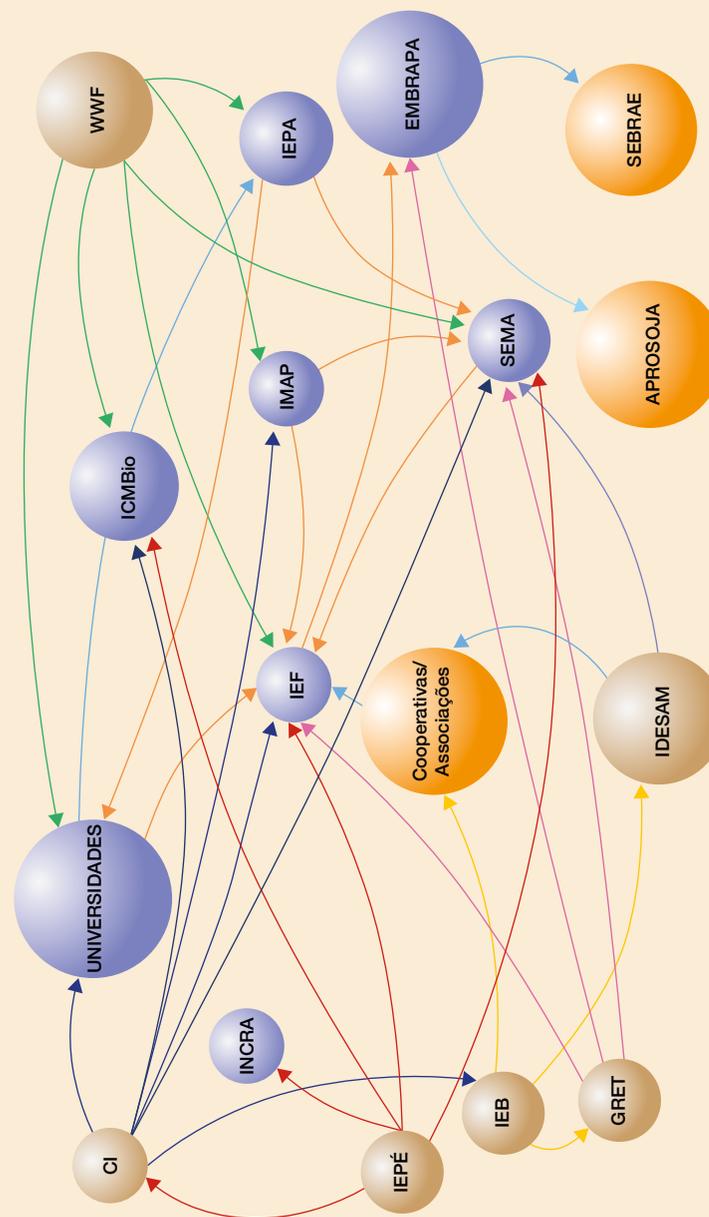
Interessa neste ponto conhecer se existem, dentro do contexto da paisagem, instituições que apoiam o planejamento, a negociação, a implementação, a mobilização de recursos e a formação necessários para atingir os objetivos de integração entre a conservação da natureza e a atividade produtiva.

Existem diversos projetos e programas governamentais (nas diversas esferas) que vem sendo desenvolvidos no Amapá, muitos considerados importantes nas discussões deste critério. Alguns no sentido de promoverem paisagens mais sustentáveis e outros completamente na contramão disto.

A descontinuidade de planos, programas e ações é comum, assim como a falta de transparência em relação aos resultados obtidos ou às estratégias futuras. Também não existe uma integração entre as diferentes agendas.

Por outro lado, planos e políticas públicas sofrem pressões tanto do mercado mundial como da sociedade civil organizada. Isso pode levar ao enfoque em produções mais sustentáveis, as quais também fazem parte das metas de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas (ONU). O papel e contribuições das universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos e ONGs é apontado como fundamental.

MAPEAMENTO INICIAL DE ATORES



Multi-stakeholder platforms (MSPs); Macqueen et al. (2014)

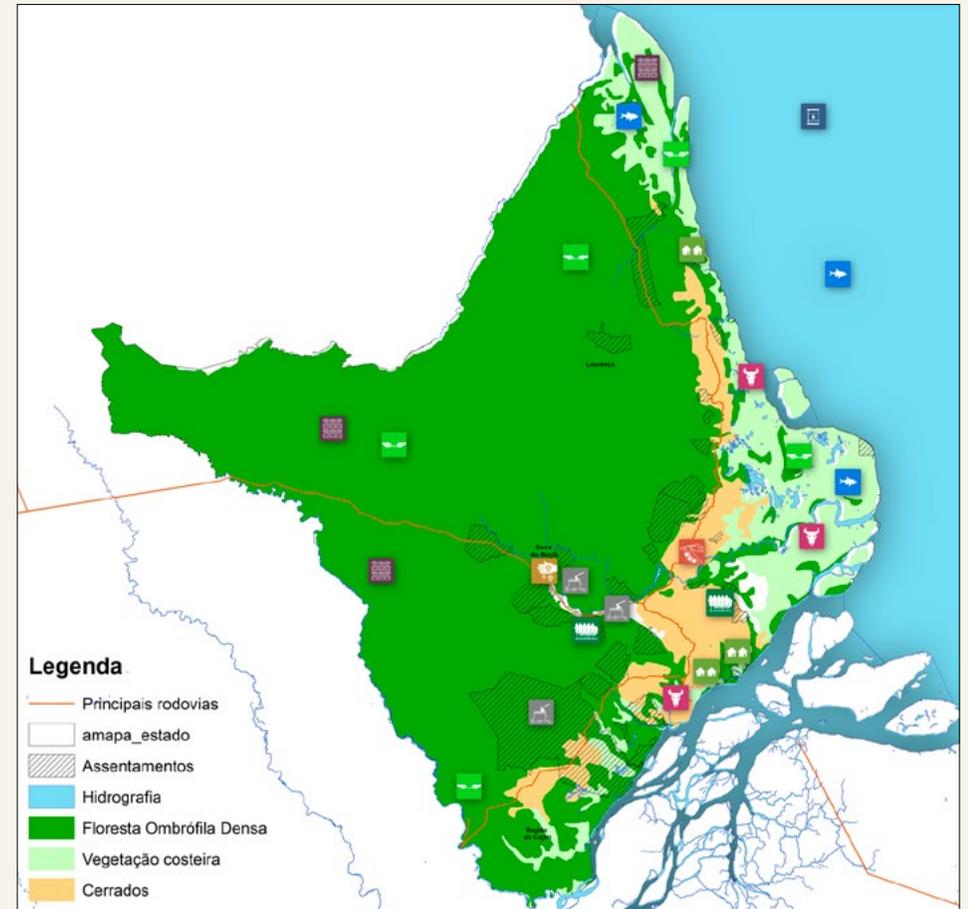
MAPEAMENTO DE CONFLITOS

Em linhas gerais, os principais conflitos no estado se devem a fatores que perpassam todas as esferas e objetivos, como: problemas na regularização fundiária; falta de compatibilização e diálogo entre as agendas, agências de governo, planos e programas políticos do Estado; descontinuidade nas políticas públicas; falta de transparência; e fragilidades na articulação da sociedade civil.

A reflexão sobre a construção de paisagens sustentáveis traz à tona conflitos entre o uso dos recursos naturais e a conservação que ocorrem em boa medida devido ao fato de grande parte do território do Estado estar designado sob alguma categoria de proteção. Para muitos, essas áreas “engessam” as atividades produtivas, sendo um entrave para o desenvolvimento econômico do Estado.

Por outro lado, a falta de um planejamento integrado das atividades produtivas com a conservação, coloca em risco o aproveitamento econômico dos recursos que poderiam ser explorados de forma sustentável, garantindo o bem-estar e a saúde das pessoas que dependem direta ou indiretamente destes.

Os principais conflitos estão representados na figura ao lado.



RAIO-X DOS CONFLITOS



MINERAÇÃO/GARIMPO ILEGAL

O estado do Amapá é exportador de recursos minerais, tendo sido pioneiro na produção industrial de manganês no Brasil. Pela sua natureza, a mineração gera fortes impactos no meio ambiente e na sociedade.

Onde: Serra do Navio, Santana (passivos ambientais da ICOMI); Calçoene (Distrito de Lourenço); Porto Grande (Vila do Cupixi); Vitória do Jarí, Pedra Branca do Amapari e Mazagão.

Impactos: abandono e degradação ambiental, contaminação de ecossistemas aquáticos com mercúrio (Hg) e outros metais pesados por liberação direta de rejeitos; contaminação de lençol freático; desmatamento e degradação; exploração ilegal em unidades de conservação; conflitos por terras; problemas de falta e abandono de infraestrutura urbana; denúncias de trabalho escravo e condições precárias de trabalhos, aumento da prostituição.



EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

A madeira extraída ilegalmente é consumida no mercado interno, procedente das áreas das várzeas ou das reservas legais de pequenas propriedades e assentamentos. Há denúncias de que as empresas madeireiras que fazem a exploração da madeira legal também exploram de forma ilegal, entrando em áreas não sujeitas a concessões.

Onde: entorno dos assentamentos; UCs de uso sustentável.

Impactos: grilagem nos assentamentos; pressão sobre os assentados e expulsão de seus lotes, desrespeito à legislação ambiental; desmatamento ilegal.

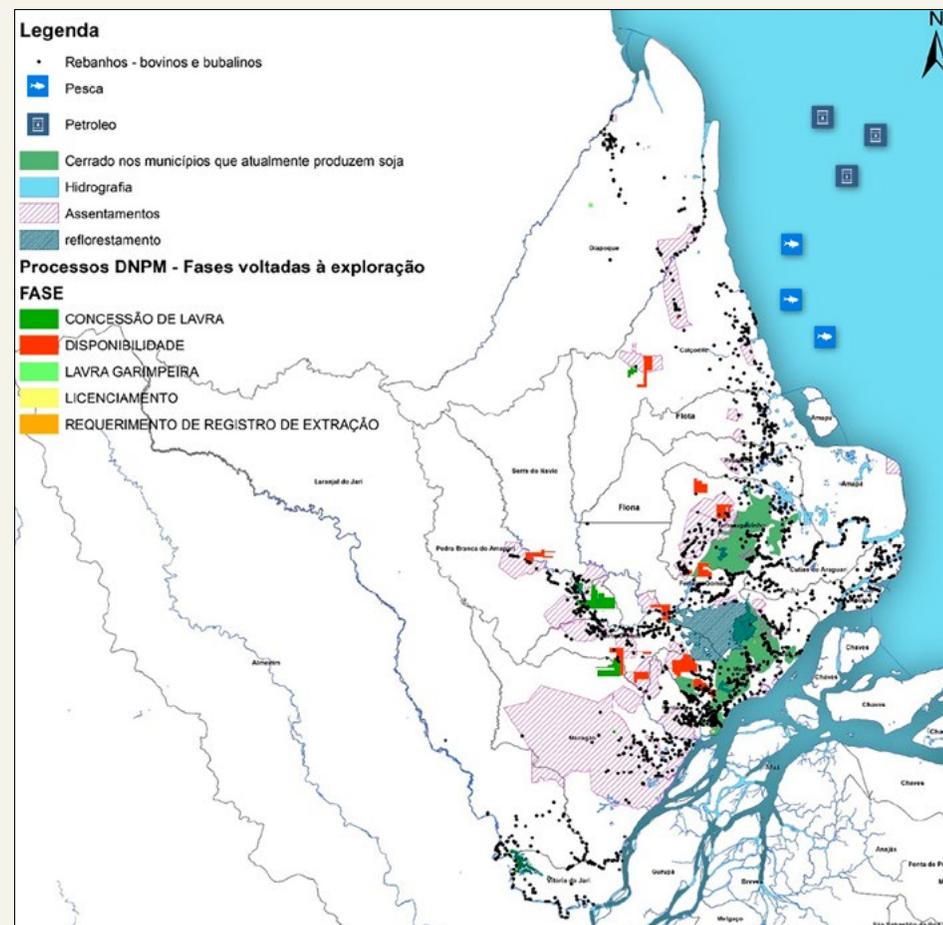


EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

Novas perspectivas se abrem ao Amapá devido às descobertas no país vizinho Guiana Francesa, onde será explorado o primeiro poço profundo do país. As licitações de petróleo e gás para toda a costa do Amapá já foram elaboradas e a maior parte dos lotes arrematados.

Onde: toda a costa, com ênfase especial na foz do Amazonas.

Impactos: desconhecimento das reais consequências para os ecossistemas marinhos; denúncias de problemas nos estudos para o licenciamento ambiental; toda a costa é considerada área prioritária para a conservação da diversidade.



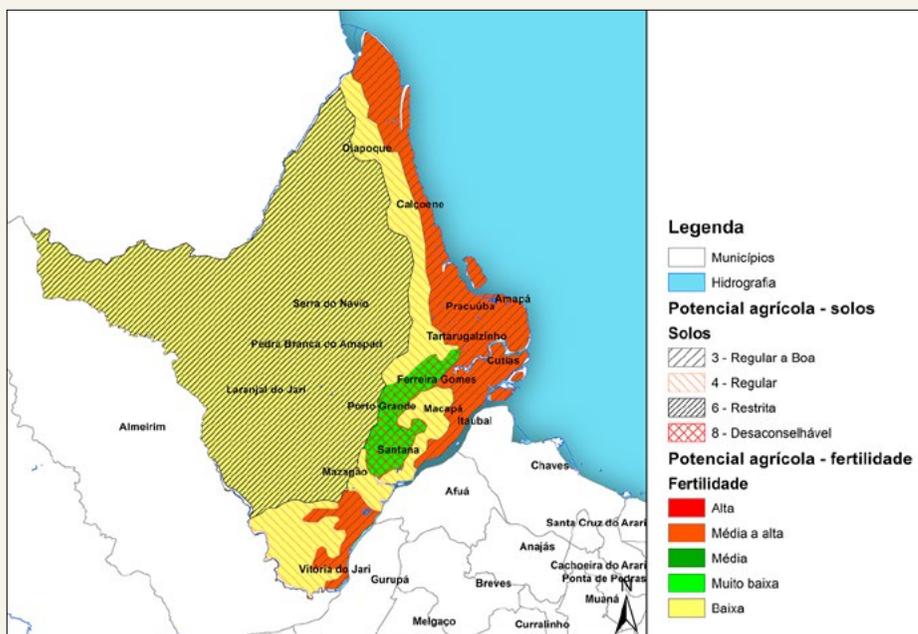


EXPANSÃO DO CULTIVO DE GRÃOS (SOJA)

O Amapá é considerado uma das últimas fronteiras agrícolas do país. O cultivo de grão vem sendo intensificado ao longo da última década. As projeções para os próximos 15 anos apontam que a área cultivada pode atingir o seu potencial máximo (em torno de 300 mil hectares), tendo a soja como carro-chefe.

Onde: municípios de Macapá, Tartarugalzinho, Itaúbal e Porto Grande.

Impactos: perda de áreas de cerrado únicas e que não estão representadas em áreas protegidas; aumento do valor da terra; chegada de agricultores de “fora”; conflitos pela posse de terras; pressão sobre as áreas protegidas; cultivo em terrenos não autorizados. As irregularidades são mais comuns ao longo das rodovias, tendo sido encontrados plantios em desobediência às licenças requeridas na AP-070, AP-340 e BR-210.



Fonte: shape IBGE, downloads. Embrapa



PECUÁRIA

Apesar da pecuária desenvolvida no estado ser representada pelos rebanhos bovino, bubalino, suíno, ovino e caprino, destacam-se pela relevância para a economia do Amapá os rebanhos efetivos de bovinos e de bubalinos. Em sua maioria são rebanhos de corte, com forte tendência à criação de forma extensiva em pastagens naturais, com destaque para os bubalinos.

Onde: nas várzeas, ao longo do rio Araguari (muito forte)

Impactos: degradação e erosão das áreas de várzea onde são criados os bubalinos; assoreamento dos corpos d'água. Apesar da existência de UCs de proteção integral, a atividade é desenvolvida nas suas bordas sem manejo adequado, comprometendo a integridade dessas áreas.



SILVICULTURA

Concentra-se em dois pontos: ao sul do Estado, nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari; e na porção centro-leste, nos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes. A principal empresa é a AMCEL que atualmente tem plantados 110 mil hectares entre pinus e eucalipto, e produz em sua fábrica de Santana (AP), que representa cerca de 1 milhão de toneladas de madeira, destinadas ao mercado exterior (Estados Unidos, Japão e Europa). Incentivado desde o projeto Jari, agora concorre com a soja e a pecuária pelas mesmas áreas.

Onde: nos municípios de Porto Grande, Macapá, Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Pracuúba, Itaúbal

Impactos: pressão sobre as terras de agricultores familiares.



INFRAESTRUTURA

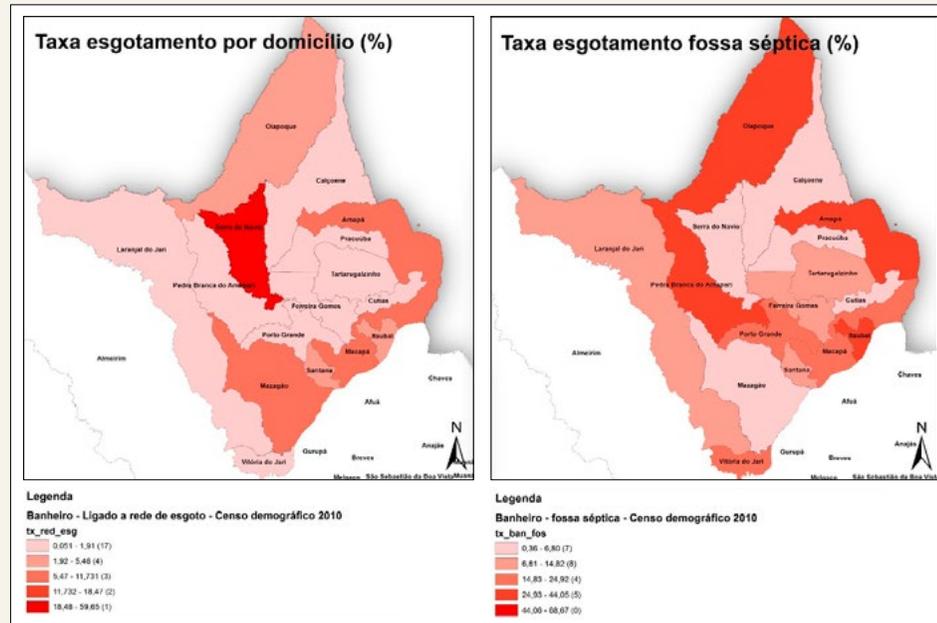
As grandes obras de infraestrutura nos projetos de governo, como hidroelétricas, linhas de transmissão, estradas (pavimentação da BR 156), hidrovias, obras portuárias (ampliação do Porto de Santana) trazem uma série de impactos para o meio ambiente e para população. Por outro lado, no Amapá, um grande entrave é a falta ou precariedade de infraestruturas urbanas, energia elétrica, etc. Em alguns casos, como no município de Oiapoque, a necessidade de infraestrutura como a construção de um aterro sanitário e a expansão da área urbana está em conflito direto com as áreas protegidas no entorno.

Onde: populações indígenas do município de Oiapoque vêm sofrendo pressões por conta da implantação de uma linha de transmissão que atravessa suas terras e da pavimentação da BR-156; Porto Grande e Ferreira Gomes (UHES Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão). Em Macapá, a precariedade do saneamento básico é fator de injustiça ambiental e de comprometimento das condições de trabalho e promoção humana da população mais atingida (quilombolas, moradores de periferia).

Impactos: desmatamento, impactos sobre a vegetação e a fauna; pressões sobre os modos de vida tradicionais. Falta de infraestrutura de saneamento provoca risco à saúde humana.



© Zig Koch / WWF

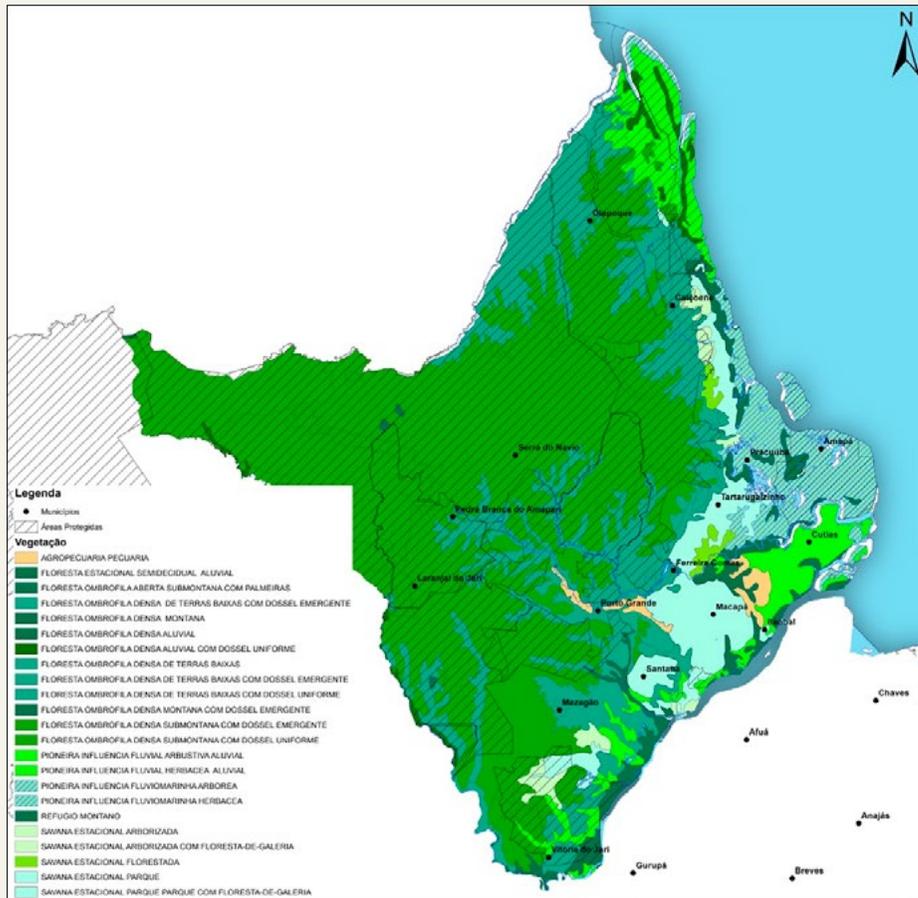


EFETIVIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS

os principais conflitos entre o uso dos recursos e a conservação ocorrem em boa medida devido a grande parte do território do Estado estar sob alguma forma de proteção. Em relação às UCs de proteção Integral, os principais conflitos vêm do desconhecimento do papel e da importância desses espaços protegidos, sendo consideradas por muitos como limitações ao desenvolvimento econômico por não haver exploração direta dos recursos. Este fenômeno está muito relacionado com falhas na comunicação desde os órgãos gestores e com agendas políticas desenvolvimentistas tanto nas esferas federal e estadual.

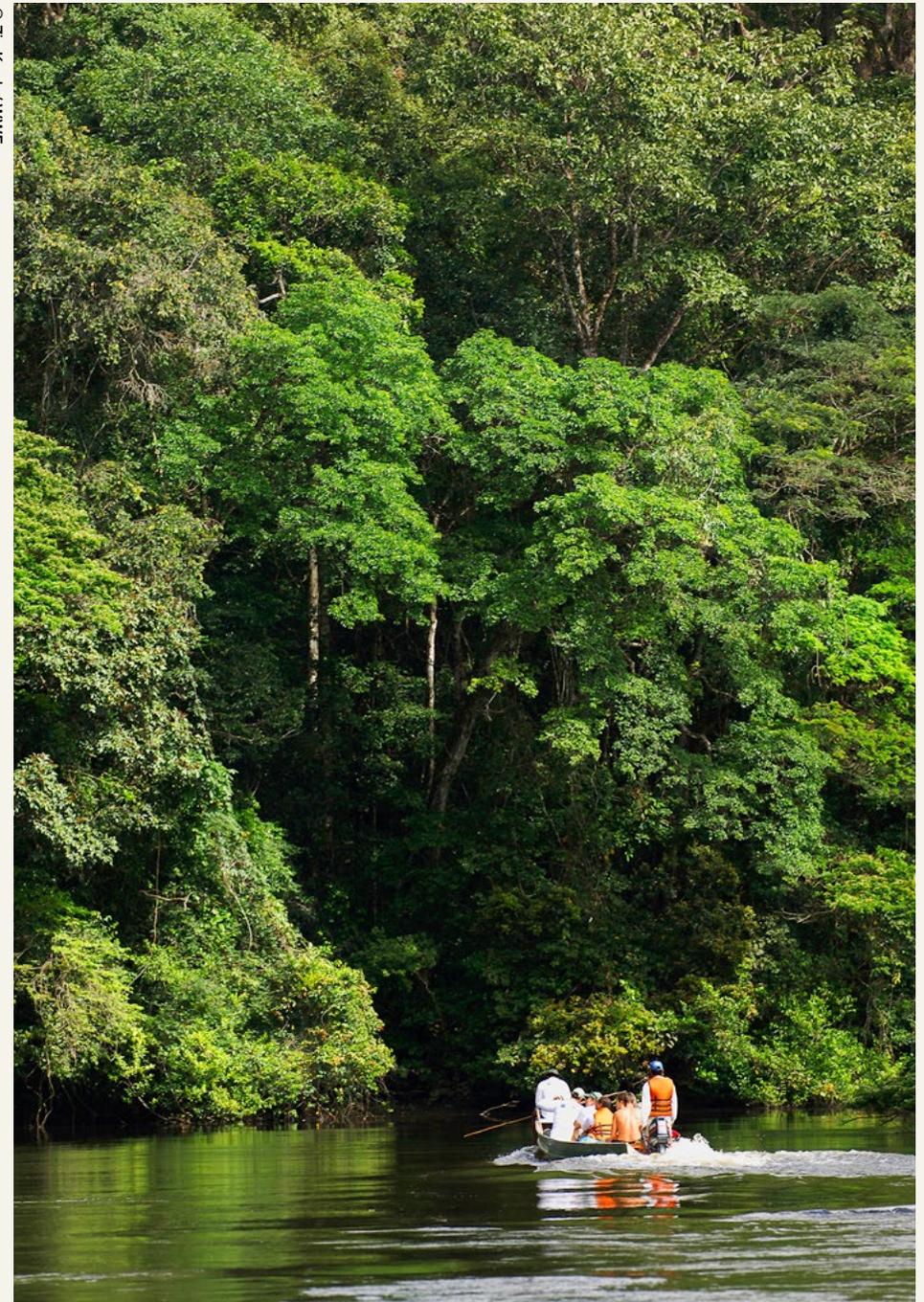
Onde: todas as áreas protegidas do Estado, como mostra o mapa a seguir.

Impactos: usos conflitantes dos recursos naturais com os planos de manejo das UCs: caça e pesca ilegais; garimpo ilegal; desmatamento; grilagem de terra; ocupação irregular; bubalinocultura (intenso pisoteio); queimadas; abertura de roçados, principalmente nas margens do Rio Cassiporé; extração ilegal de madeira e de produtos não madeireiros; e ocupação irregular em Vila Brasil e Ilha Bela.



Paisagens Sustentáveis no Estado do Amapá p. 24

© Zig Koch / WWF



CAPA
PAISAGEM RESULTANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL
PAISAGENS SUSTENTÁVEIS
APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO
APLICAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ
PRODUÇÃO
CONSERVAÇÃO

BEM-ESTAR SOCIAL
INSTITUCIONAL
MAPEAMENTO DE CONFLITOS
RAIO-X DOS CONFLITOS

OPORTUNIDADES
RAIO-X DAS OPORTUNIDADES
RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO

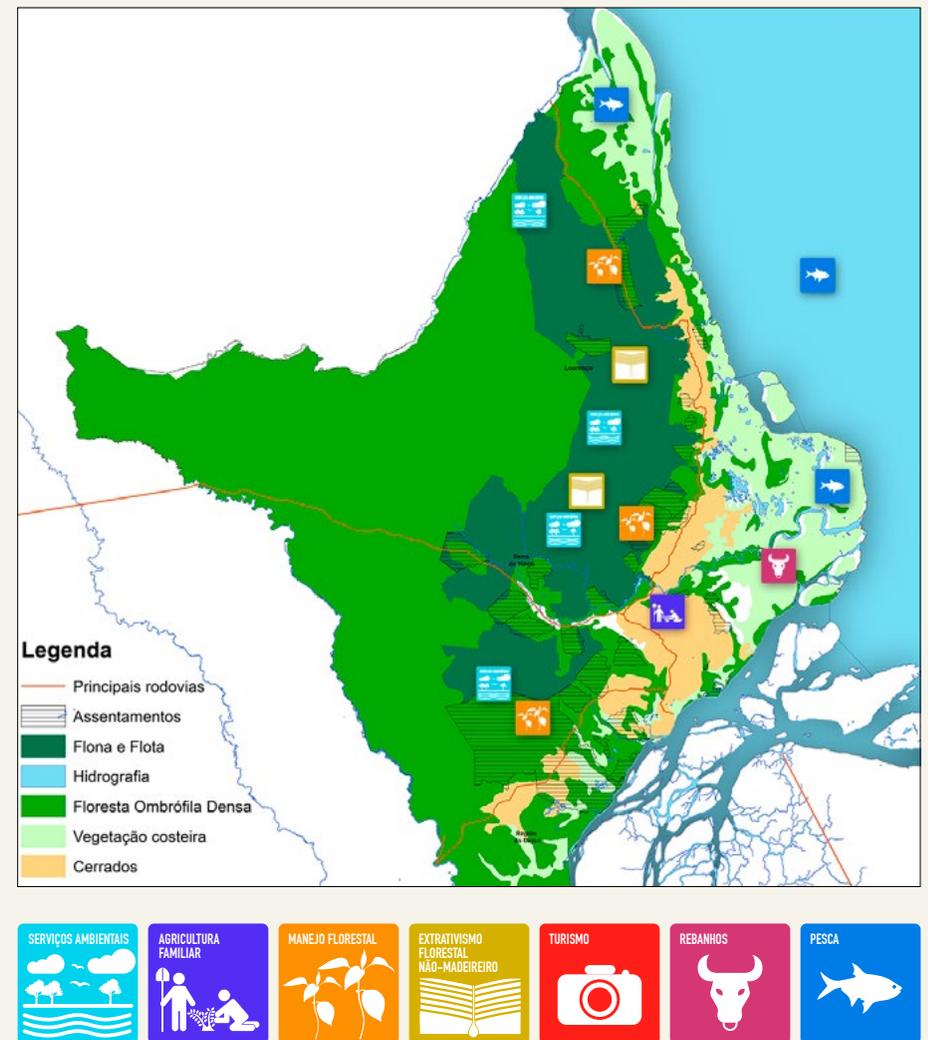
OPORTUNIDADES

Esta metodologia permite identificar projetos e atores (ou grupos) que poderiam atuar como catalisadores de agendas e estratégias que alavancuem o poder dos mercados financeiros para apoiar ações que priorizam a manutenção de paisagens sustentáveis.

Nesse sentido, o Amapá se destaca por guardar um dos mais importantes estoques de floresta amazônica, o que pode contribuir na integração da conservação com o uso múltiplo e sustentável dos recursos naturais. A rede de áreas protegidas fornece de forma direta, bens como a madeira e indiretamente serviços ambientais, como: fixação de carbono, contribuição para a estabilidade do clima, controle da erosão e manutenção da quantidade e qualidade da água. Além disso, contribui com as metas brasileiras e globais frente às mudanças climáticas.

Além disso, o Estado tem uma localização estratégica para o escoamento da produção, necessitando do fortalecimento das cadeias produtivas e de melhorias na infraestrutura para alavancar o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a geração de renda a partir da exploração dos recursos naturais locais, aliados ao turismo ecológico e de base comunitária e aos conhecimentos tradicionais, pode ser uma das saídas para se atingir paisagens mais sustentáveis.



RAIO-X DAS OPORTUNIDADES



PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (CARBONO E ÁGUA):

O Amapá tem grande parte de seu território preservado por florestas, podendo gerar créditos de carbono a partir disso. Assim, o mecanismo de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) pode ser uma estratégia para subsidiar o desenvolvimento de políticas de uso da terra no Estado.



BOAS PRÁTICAS NO MANEJO DE BÚFALOS:

O fortalecimento da cadeia produtiva do búfalo, com a comercialização da carne, leite e derivados é uma estratégia que poderia trazer valor a essa cadeia muito pouco desenvolvida. Desenvolvimento de tecnologias e boas práticas seriam facilmente incorporados as agendas de instituições locais. É também uma oportunidade para a recuperação de pastagens degradadas (cerrado e várzeas)



PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA E FLORESTA:

Aumento da área de manejo florestal rastreado e o investimento em produtos certificados.



EXTRATIVISMO FLORESTAL:

O extrativismo vegetal madeireiro e não madeireiro é umas das alternativas mais consistentes de exploração da floresta Amazônia, com um enorme potencial no Amapá. Para que sejam efetivos na construção de paisagens sustentáveis, é preciso fortalecer as cadeias produtivas e adotar práticas de extração e manejo sustentável, fechando os ciclos de beneficiamento e agregando valor.



GOVERNANÇA:

Em relação a questões de governança, como marco inicial do planejamento sustentável da paisagem, apresenta-se a oportunidade de garantir processos transparentes de governança e de fortalecimento da sociedade civil.

RECOMENDAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES AOS ATORES E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS E REFINAMENTO A PARTIR DAS OBSERVAÇÕES GERAIS.

BUSCAR A INCORPORAÇÃO DE INSTITUIÇÕES QUE GARANTAM TRANSPARÊNCIA AOS PROCESSOS, COMO MINISTÉRIO PÚBLICO.

CRIAÇÃO DE UM GRUPO CENTRAL DE INSTITUIÇÕES DE SETORES DIFERENTES COM O MANDATO DE COORDENAR AÇÕES RELACIONADAS AO PLANEJAMENTO PARA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS.

AVALIAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE UMA COALIZÃO DE INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPEM DOS PROCESSOS, GARANTINDO TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO.

INVESTIR EM ANÁLISES APROFUNDADAS E ESTABELECIMENTO DE CENÁRIOS FUTUROS QUE COMPATIBILIZEM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, GARANTINDO MELHORIAS DO BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES DO ESTADO E O PREPARANDO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO TERRITÓRIO.



PLANEJAMENTO PARA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO DO AMAPÁ

ESTADO PROTEGIDO

72% do estado é protegido por alguma categoria de unidade de conservação

GOVERNANÇA

O planejamento para paisagens sustentáveis garante transparência e participação



UM GIGANTE

O Amapá tem enorme potencial para desenvolvimento de uma economia de baixo carbono

DESAFIO

Compatibilizar desenvolvimento e conservação é crítico para o bem-estar das populações

	<p>Por que estamos aqui Parar a degradação do meio ambiente no Planeta e construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza</p> <p>www.panda.org</p>
--	---

© 1986 Símbolo Panda WWF
© "WWF" é uma marca registrada da rede WWF